

Prezado(a) estudante,

A apostila **PC MG - Polícia Civil de Minas Gerais**, destinada ao cargo de Delegado De Polícia Substituto, foi atualizada conforme EDITAL N° 01/2024, TORNA PÚBLICO a ERRATA DE EDITAL. Publicada, quinta-feira, 17 de outubro de 2024.

Matérias Alteradas:

Legislação Processual Penal Extravagante Legislação

Direito Penal e Legislação Penal Extravagante

Onde se lê:

Fica incluído no item 5, Direito Penal e Legislação Penal Extravagante, do Anexo I – Conteúdo Programático, o subitem 5 .25: 5 .25 Lei nº 13 .869/10 (Lei de Abuso de Autoridade). Lei nº 7 .492/86 (atualizada) – Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Lei nº 14 .133/21 (atualizada) – Lei de Licitações. Lei nº 9 .296/96 (atualizada) – Interceptação de Comunicações Telefônicas. Lei nº 9 .455/97 (atualizada) – Lei de Tortura. Lei nº 9 .503/97 (atualizada) – Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 9 .605/98 (atualizada) – Lei do Meio Ambiente. Lei nº 9 .613/98 (atualizada) - Lei de Lavagem e Ocultação de Bens, Direitos e valores. Lei nº 11 .340/06 (atualizada) - Lei para coibir a violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei Maria da Penha. Lei nº 11 .343/06 (atualizada) - Lei Antidrogas. Lei nº 12 .850/13 (atualizada) - Crime Organizado. Lei nº 8 .137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo); Lei nº 9 .296/1996 e suas alterações (Lei de Interceptação Telefônica); Lei nº 9 .503/1997 e suas alterações (CTB); Lei nº 10 .826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento); Lei nº 12 .850/2013 e suas alterações (Crime Organizado); Lei nº 13 .869/2019 e suas alterações (Lei de Abuso de Autoridade); Decreto-lei n. 3 .688/1941 (Lei das Contravenções Penais) . Lei nº 1 .521/1951 (Crimes contra a economia popular). Lei n 2 .889/1956 (Crime de genocídio) Lei n. 4 .737/1965 (Código Eleitoral). Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei n. 201/1967, Lei n. 1 .079/1950 e Lei n. 8 .176/1991). Lei n. 6 .766/1979 (Parcelamento do Solo urbano). Lei n.7 .492/1986 (Crimes contra o sistema Financeiro Nacional). Lei n. 7 .716/1989

(Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor: Lei 8.072/1990 (Crimes hediondos). 13.12 Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei n. 8.078/1990 (Código de proteção e defesa do consumidor). Lei n. 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica). Lei n. 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil). Lei n. 9.279/1996 (Propriedade industrial). Lei n. 9.434/1997 (remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento). Lei n. 9.609/1998 (Propriedade intelectual de programa de computador). Lei 10.741/2003 (Crimes cometidos contra idosos). Lei n. 11.105/2005 (Organismos geneticamente modificados – OGM). Lei n. 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade racial). Lei n. 12.984/2014 (Discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana - HIV e doentes de aids). Lei n. 13.146/2015 (Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei n. 13.260/2016 (Terrorismo). Lei n. 13.431/2017 (sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência). Lei n. 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte). 13.41. Lei n. 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel). 6) Ficam incluídos no item 6, Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante, do Anexo I – Conteúdo Programático, os seguintes itens: 6.23.12 Lei nº 1.521/1951 (Crimes contra a economia popular). 6.23.13. Lei n. 2.889/1956 (Crime de genocídio). 6.23.14. Lei n. 4.737/1965 (Código Eleitoral). 6.23.15. Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei n. 201/1967, Lei n. 1.079/1950 e Lei n. 8.176/1991). 6.23.16. Lei n. 8.072/1990 (Crimes hediondos). 6.23.17. Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 6.23.18. Lei n. 8.078/1990 (Código de proteção e defesa do consumidor). 6.23.19. Lei n. 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica). 6.23.20. Lei n. 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil). 6.23.21. Lei 10.741/2003 (Crimes cometidos contra idosos). 6.23.22. Lei n. 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade racial). 6.23.23. Lei n. 13.146/2015 (Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência). 6.23.24. Lei n. 13.260/2016 (Terrorismo). 6.23.25. Lei n. 13.431/2017 (sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência). 6.23.26. Lei n. 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte). 6.23.27. Lei n. 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel). 6.23.28. Lei n. 7.960/1989 (Lei da prisão temporária). 6.23.29. Lei nº 14.133/21 (atualizada) – Lei de Licitações. 7) Fica excluída a Lei nº 4.898/1965 do item 6, Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante do Anexo I – Conteúdo Programático. A apostila digital foi atualizada em 23/10/2024

Atenciosamente

Editora Opção

